



Editais nº 1454537
Disponibilização: 06/05/2025
Publicação: 06/05/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua
Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000
Telefone: 11-2833-4150
PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 124856666

ATA DE REUNIÃO Nº 49

SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA

REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2025

Participantes Governo: Karen Barbosa (SMDHC), Erico Casagrande (SMSUB), Thais Silva dos Santos (SMADS)

Participantes Sociedade Civil: Hari Kraemer, Adriana Ribeiro, Gisele Abreu

Participantes Organização Social: Beatriz Clemente (Fórum da Cidade), Cleiton Ferreira (É de Lei), Mabel Andrade (EAB)

Convidado: Roberta Cristina (SMDHC) Daniela Santiago (SMDHC), Wilherson Carlos Luiz (DPESP), Luciana Stein, Roseli Kraemer, Hully, Alessandra Queiros.

Às 15:10 horas do dia 26 de março de 2025, via Teams, reuniram-se os presentes participantes citados acima.

Karen iniciou a reunião informando que seria concedido um prazo de dez minutos de tolerância para a entrada dos participantes. Como ninguém mais entrou, ela anunciou que a reunião seria iniciada. Em seguida, Karen apresentou Thais Silva e as demais participantes: Roberta Cristina, secretária executiva, e Daniela Santiago, estagiária. Também apresentou os outros presentes na reunião e solicitou que Thais se apresentasse, para que todos pudessem conhecê-la e saber qual secretaria ela representaria.

Thais iniciou sua apresentação informando que é assistente social de formação e que está compondo a área técnica de PopRua na SMADS. Ela pediu paciência, explicando que tem uma breve experiência pelo SEAS.

Karen retomou a palavra, explicando que Thais representará a SMADS. Ela mencionou que o primeiro contato com Thais ocorreu nesta reunião, e que ainda não haviam sido encaminhadas demandas de reuniões anteriores. Karen destacou que a SMADS recebe muitas demandas da sociedade civil e enfatizou a importância de mais paciência nesse processo. Ela também mencionou a necessidade de entrega de relatórios pendentes, destacando que, mesmo com a chegada de Thais, o objetivo é orientá-la adequadamente para que, antes da próxima reunião de Zeladoria Urbana, esses documentos ou resumos possam ser entregues, possibilitando o seguimento das questões tratadas.

Thais comentou que já havia conversado com Roberta Cristina sobre os relatórios e expressou seu desejo de entender melhor como funciona o fluxo de demandas, agradecendo a possibilidade de esclarecimentos.

Karen afirmou que, em um outro momento, seria mais adequado detalhar essas questões, pois a reunião não

era o ambiente ideal para esse tipo de explicação. Thais relatou que, devido à ausência de coordenação anterior, o processo havia ficado um pouco desorganizado, mas que agora estavam conseguindo estruturar as atividades, ainda que de maneira gradual. Karen seguiu sua fala informando que seria possível também enviar o caminho das atas anteriores das reuniões de Zeladoria Urbana, que já contém tudo detalhado, com a descrição de como os processos realmente acontecem. Ela prosseguiu mencionando a busca ativa do dia 18/03, que não ocorreu conforme o esperado devido à ausência da SMADS e da Secretaria de Saúde. Explicou que, embora alguns conselheiros tenham se disponibilizado para acompanhar, nem todos compareceram nas anteriores, e em certos momentos apenas a Secretaria de Direitos Humanos esteve presente. Karen ressaltou que, para melhorar essa situação, é importante realizar uma busca ativa com todos os envolvidos. Mencionou que a Saúde e a SMADS precisam ser acionadas e reforçou a importância de garantir que todos os envolvidos estejam cientes das datas e se comprometam a comparecer, destacando que Beatriz, Cleiton e Darcy haviam confirmado participação em um dia, mas não confirmaram no momento seguinte.

Gisele, então, levantou a questão sobre a falta de participação dos conselheiros, algo que não é novo, embora ela soubesse que a pauta da reunião não fosse diretamente relacionada a esse tema. Ela observou que os conselheiros titulares nunca haviam participado, e que, no caso dela, como suplente, às vezes Alexandre também se fazia presente, mas questionou sobre o futuro dessa situação, pois a falta de participação estava prejudicando o andamento do comitê. Gisele mencionou ainda que todos estavam preocupados com as regras do comitê, mas estavam esquecendo da importância do envolvimento ativo dos conselheiros. Ela também relatou as dificuldades com as reuniões online, que muitas vezes afastam os conselheiros, pois muitos gostariam de participar presencialmente, e que a frequência das reuniões, uma vez por mês, estava se mostrando insuficiente.

Gisele destacou que a situação já estava se tornando insustentável, pois, de forma online, apenas ela e Adriana estavam participando ativamente, questionando onde estavam os outros conselheiros e apontando que essa falta de presença estava dificultando o andamento das demandas. Ela também mencionou a dificuldade de passar as informações das pautas de Zeladoria ou denúncias para Thais, destacando que ela ainda não estava completamente integrada ao processo e que, como resultado, a devolutiva das questões já deveria ter acontecido, especialmente porque já estávamos em abril. Gisele também questionou sobre a troca de liderança, perguntando se Karen havia assumido o lugar de Alcyr, já que ninguém havia dado essa informação anteriormente.

Karen respondeu a Gisele esclarecendo que, na última reunião ordinária do comitê, a secretária Regina Santana havia informado que alguém seria designado para o lugar de Alcyr, e que, neste momento, Karen estava atuando como coordenadora do comitê, mas não como a coordenadora do setor de Políticas para a População em Situação de Rua. Ela explicou que era suplente de Alcyr, mas agora estava assumindo a titularidade do comitê. Karen fez uma ressalva sobre as ausências, mencionando que algumas pessoas justificaram, mas outras não, e que já estavam trabalhando em uma nova portaria, que poderia ser trazida como pauta para a próxima reunião ordinária do comitê. Karen também comentou sobre a troca na SMADS, informando que Thais agora representava a secretaria. Ela ressaltou que, muitas vezes, é complicado para uma única pessoa, que chegou recentemente, lidar com tantas demandas de uma vez só, o que exigia compreensão e paciência por parte de todos.

Gisele, por sua vez, expressou sua compreensão sobre a situação, mas destacou que havia uma escassez de conselheiros, tanto suplentes quanto titulares, e que as organizações também estavam enfrentando dificuldades. Ela mencionou as dificuldades de devolutivas e questionou se não seria o caso de suspender as reuniões semanais, como aconteceu na semana anterior, pois nem mesmo ela sabia sobre a reunião de denúncias, o que gerava uma sensação de desorganização. Gisele também apontou que muitas pessoas em situação de rua estavam cobrando informações, especialmente porque não tinham acesso à internet e encontravam dificuldades para participar das reuniões. Ela sugeriu que, se as reuniões continuassem a ocorrer às quartas-feiras, fosse feito um esforço para realizá-las de forma presencial, já que muitos não conseguiam participar devido ao horário de trabalho.

Gisele relatou que a troca de secretária ocorreu em janeiro, e que, agora, já está em abril. Ela enfatizou que a população em situação de rua está cobrando respostas para demandas anteriores, e que, se a intenção for melhorar a situação, é necessário que se faça de fato. Caso contrário, ela alertou que será difícil continuar da

mesma forma como estava antes, sem avanços.

Roberta Cristina informa sobre os assuntos abordados por Gisele, que são diretamente relacionados aos comitês e subcomitês de moradia, saúde, articulação e denúncias. Ela aborda alguns postos-chaves que incluem: Reuniões de Subcomitês, que na questão de moradia e saúde ocorrem a cada dois meses, enquanto o subcomitê de articulação acontecerá no próximo mês. Ela também menciona o subcomitê de denúncias, que conta com a presença da ouvidoria e que passará a encaminhar as denúncias recebidas. Encaminhamentos e Direcionamentos: Roberta fala sobre os encaminhamentos dados nas reuniões anteriores, incluindo o planejamento para a próxima reunião, em que serão cobradas respostas sobre os itens solicitados.

Portaria do Suplente e Titular: Roberta menciona que a portaria referente à substituição de suplentes e titulares está com o departamento responsável, estamos aguardando retorno. Explica que questões burocráticas e jurídicas, como a necessidade de novas eleições, demoram e precisam ser resolvidas adequadamente.

Roberta enfatiza que as reuniões são necessárias para registrar e encaminhar denúncias, e sem essas reuniões não seria possível fazer o devido encaminhamento e registro das demandas. Ela também se questiona se o comitê vai votar sobre a paralisação das reuniões, o que ela não considera viável. Ela menciona que o calendário das reuniões, incluindo as datas, foi disponibilizado e pode ser compartilhado no grupo do comitê. Por fim, Roberta se coloca à disposição para esclarecer qualquer dúvida sobre os temas discutidos.

Karen questiona Gisele se ela conseguiu entender os pontos discutidos

Gisele responde que as explicações estavam muito repetitivas e que, para a população em situação de rua, o que realmente importa são as devolutivas e os encaminhamentos. Ela menciona que a população está cobrando respostas, e que, embora as reuniões aconteçam com frequência, elas não têm gerado retornos concretos. Gisele destaca que a população quer ver, ao menos, um encaminhamento de algo que tenha sido discutido, e não apenas escutar sem ter uma resposta. Ela também relata que as comunicações têm sido feitas de última hora, e que no seu e-mail não há informações suficientes, além do fato de que, no grupo de WhatsApp, nem todos conseguiram acompanhar as atualizações. Gisele expressa que a população está cansada de esperar e que, com o ano já avançando para o quarto mês, ela participou da reunião sem nem sequer ter recebido um retorno. Ela menciona também que, em relação às visitas e à busca ativa, foi o comitê que cancelou, e que a votação sobre essa questão aconteceu em agosto do ano passado, mas até agora não conseguiram organizar nada.

Gisele fala sobre as regras estabelecidas, mas observa que os conselheiros ausentes não foram cobrados adequadamente e que a falta dessas cobranças está prejudicando o processo. Ela relata ainda a dificuldade de levar demandas, especialmente sobre a reunião anterior de habitação, e questiona onde estão os retornos sobre as pautas discutidas. Gisele menciona que o que foi falado nas reuniões parece não ser válido, já que ela enviou questões para Regina Santana e não obteve resposta. Ela também destaca que já está quase completando um ano desde a eleição e questiona como ainda não houve a organização da bancada.

Karen, respondendo aos questionamentos de Gisele, afirmou que os questionamentos de Gisele são legítimos. Em seguida, Karen abordou especificamente a questão das reuniões sendo enviadas em cima da hora. Ela disse que isso não é uma prática comum e que a convocatória é enviada com antecedência, pelo menos uma semana antes da reunião, por e-mail. Ela mencionou que Gisele está na lista de e-mails e que pode verificar se há algum problema nesse envio.

Karen sugeriu que, caso Gisele queira, ela pode fornecer os e-mails dela ou de outras pessoas para que possam receber as convocatórias e notificações sobre as reuniões. Ela explicou também que, além dos e-mails, as convocações também são enviadas no grupo de WhatsApp dos conselheiros, facilitando o acesso. Ela mencionou que, no caso da reunião atual, o link foi enviado por WhatsApp, e que não seria necessário enviar novamente por esse canal, pois a convocatória já havia sido enviada por e-mail. Ela ainda ressaltou que os conselheiros devem saber sobre as reuniões do comitê de PopRua, pois, quando se inscreveram, sabiam das obrigações de comparecer às reuniões da primeira quarta-feira do mês que se trata da reunião

ordinária e à última quarta-feira do mês para o subcomitê de Zeladoria Urbana. Karen também destacou que, quando a demanda por reuniões específicas surge, como os subcomitês de saúde ou de denúncias, isso é feito para evitar sobrecarregar as reuniões do comitê, permitindo que outros assuntos sejam discutidos com mais profundidade. Por fim, Karen comentou sobre a necessidade de trabalhar em equipe, e embora outros pontos tenham sido abordados por Thais e Roberta, ela reiterou a importância de seguir com o trabalho conjunto.

Gisele está destaca a sobrecarga de trabalho que está sendo imposta a um número reduzido de pessoas, principalmente em relação ao atendimento das demandas da população em situação de rua. Ela aponta que a maioria dessas pessoas não tem acesso à internet, dificultando sua participação nas reuniões online, e sugere que as reuniões sejam presenciais para facilitar o acesso. Também expressa frustração com a falta de devolutivas, ou seja, as respostas às demandas e denúncias não estão sendo fornecidas de maneira adequada. Ela questiona o que pode ser respondido para a população, já que as demandas continuam sendo repetidas e sem um retorno claro. Ela menciona que as pautas são frequentemente mal organizadas, com informações trocadas e sem um direcionamento claro sobre como as questões estão sendo resolvidas.

Além disso, Gisele aponta a falta de organização dentro do comitê, destacando que, mesmo com reuniões semanais, as respostas não estão sendo dadas e os problemas continuam sem solução. Ela questiona a validade de continuar com as reuniões se as pautas não estão sendo atendidas, e exige que o comitê se organize para dar um retorno mais eficiente à população. Enfatiza que, se o comitê não se organizar melhor, a população continuará sofrendo com a falta de respostas e o processo se arrastará indefinidamente. Ela reforça a ideia de que as demandas precisam ser tratadas de forma mais rápida e eficiente, e que o comitê precisa assumir as responsabilidades e entregar as respostas que foram prometidas.

Karen menciona que a atualização sobre os conselheiros será levada como pauta para a próxima reunião ordinária, tratando da atualização da portaria que envolve os conselheiros, ou seja, quem permanece como titular, quem subiu da suplência para titular, e quem saiu. Ela também destaca que, embora Gisele receba muitas cobranças da população, existem outros conselheiros, e a população pode buscar apoio e respostas também com outros representantes ou com órgãos como a Ouvidoria de Direitos Humanos.

Thais explica que, por estar chegando agora, ela ainda precisa se inteirar sobre os assuntos discutidos nas reuniões anteriores e os acordos que foram feitos. Ela menciona que vai se reunir com a coordenação atual do comitê e conversar com outros membros que estão diretamente envolvidos com o Comitê Pop Rua, que estão atualizados sobre o tema. Ela pretende revisar os relatórios e Atas, entender o que ficou acordado nas reuniões passadas e, a partir disso, dar seguimento às ações pendentes. Pede paciência, explicando que precisa de um tempo para entender a situação e se atualizar antes de dar qualquer resposta concreta, se compromete a trazer as respostas ou, pelo menos, o que foi decidido nas próximas reuniões.

Karen retorna para Thais destacando que a reunião do subcomitê de zeladoria urbana ocorrerá na última quarta-feira do mês, que neste caso será no dia 30 de abril. Ela sugere que o tempo até a próxima reunião (um mês) pode ser útil para Thais se preparar e trazer os questionamentos do comitê e da sociedade civil. Além disso, Karen também faz referência à importância de trazer responsabilidades para a reunião, indicando que é um bom momento para alinhar as questões e possíveis respostas de forma organizada.

Hully expressa sobre a falta de participação de outros conselheiros nas reuniões e atividades do comitê, destacando que ela se inscreveu para ser conselheira, mas muitos dos que se inscreveram não estão participando ativamente. Ela também faz uma observação sobre Gisele, destacando que, na visão dela, é Gisele quem tem lutado mais em prol da população de rua.

Karen explica que os conselheiros foram eleitos por meio de um processo eleitoral e que, se alguns não estão comparecendo, isso está fora do controle dela e da coordenação. Ela menciona que, caso haja necessidade de realizar uma nova eleição para eleger suplentes, a coordenação irá anunciar o processo e permitir que os interessados se candidatem, seguindo o processo democrático. Reforça a importância da

participação ativa dos conselheiros eleitos. Isso mostra a tentativa da coordenação de manter a organização e dar oportunidades para quem queira se envolver de forma ativa.

Hully expressa frustração com os conselheiros eleitos que, na visão dela, não estão cumprindo com suas responsabilidades ou participando ativamente nas questões relacionadas à população de rua. Ela sente que esses conselheiros querem o título ou cargo, mas não estão efetivamente fazendo algo para ajudar ou representar as necessidades da população de rua.

Karen pergunta se Hully tem mais alguma consideração.

Hully informa que não tem.

Thais consegue voltar a reunião do qual tinha caído e destacou uma conversa com Karen para entender tudo que não conseguiu ouvir antes.

A conselheira Gisele Abreu, por meio de sua comunicação, mencionou diversos pontos de preocupação sobre a situação de zeladoria e do programa POT (Programa de Operação Trabalho). Ela destacou que, embora a situação não seja excessivamente crítica, existem questões relevantes que precisam de atenção. Em relação à zeladoria, os trabalhadores do POT são os responsáveis pela limpeza das praças, mas enfrentam dificuldades significativas. Os contratados CLT, com uniformes verdes e laranja, que deveriam realizar essas tarefas, chegam por volta das 11h, e a maior parte do trabalho é realizada pelos trabalhadores do POT, que têm jornadas de 4 horas. A conselheira relatou que a população em situação de rua se queixa do fato de que os coordenadores da zeladoria apenas tiram fotos e não realizam as atividades necessárias. Além disso, o pessoal do POT tem que lidar com condições insalubres, como fezes e comida estragada, o que gera preocupação com a saúde dos trabalhadores.

Gisele também mencionou a falta de novas vagas para o programa POT, uma vez que muitos dos trabalhadores estão prestes a completar dois anos no programa e não têm mais para onde ser encaminhados. Ela indicou que, embora existam promessas de novas vagas, elas são restritas a tarefas de limpeza, como a limpeza de banheiros, sem oferecer uma real oportunidade de reintegração para as pessoas em situação de rua. A conselheira também criticou a falta de oportunidades para mulheres que, muitas vezes, possuem ensino médio e experiência profissional, mas não são vistas como prioridade para as vagas disponíveis.

Além disso, Gisele expressou preocupação com o tratamento recebido por algumas pessoas dentro do programa, mencionando especificamente duas coordenadoras do POT, Kelly e Cris, que estariam tratando os trabalhadores de forma inadequada. De acordo com a conselheira, essas coordenadoras estariam maltratando a população de rua e não cumprindo com suas responsabilidades. A conselheira solicitou que a fiscalização das atividades de zeladoria nas praças seja reforçada, especialmente em relação à atuação da população em situação de rua no POT, e pediu que a demanda por novas vagas de trabalho seja encaminhada para os responsáveis da Secretaria, a fim de que mais oportunidades sejam criadas para esses trabalhadores.

Além disso, Gisele expressou a necessidade de que sejam avaliadas as disparidades de tempo de permanência no programa, pois alguns trabalhadores estão sendo desligados após menos de dois anos de participação, enquanto outros permanecem por três anos. Ela sugeriu que haja uma análise mais justa dessa situação e uma melhor distribuição das vagas disponíveis.

Hully informa que estão oprimindo as pessoas.

Karen questiona qual Praça que Gisele está mencionando.

Gisele retorna que é a Praça do Armênia, Paissandu, República entre outras.

Gisele Abreu relatou que, ao chegar por volta das 11 horas da manhã em uma das praças onde o pessoal do POT estava realizando a limpeza, ela se deparou com a situação em que o coordenador chegou no local já com os sacos prontos, sem ter participado da execução do trabalho. Ela mencionou que os trabalhadores do POT já haviam finalizado as atividades de limpeza e que o coordenador, ao chegar, apenas tirou fotos do

trabalho já concluído, sem colaborar de fato na ação.

Gisele também afirmou que o coordenador foi embora logo depois, após colocar os sacos no caminhão. Ela criticou a situação, afirmando que isso acontecia frequentemente e que os trabalhadores do POT estavam sendo explorados, com os responsáveis aparecendo apenas para registrar o trabalho, mas sem realizar nenhuma ação significativa. A conselheira também questionou a fiscalização, destacando que esse tipo de abordagem parecia ser uma forma de discriminação e de aproveitamento do trabalho da população em situação de rua.

Informa que todos os dias acontece isso e que são aproveitadores e pergunta onde está a fiscalização desses serviços se tudo ficam para o pessoal que atua no POT.

Karen informam que essas demandas serão enviadas para o local de direito que é a Secretária do Trabalho.

Hully expressou várias preocupações sobre o tratamento que ela e outros beneficiários estão recebendo no programa POT, relatou que algumas pessoas estão assinando a folha de presença sem estar envolvidas em atividades como cursos ou trabalho, o que ela considera injusto para aqueles que estão se dedicando. Além disso, Hully fez uma acusação sobre o coordenador Thomas, mencionando que ele estaria se relacionando com uma funcionária do POT e que isso estaria causando um ambiente de opressão para os beneficiários. Também questionou a autoridade e o comportamento de algumas pessoas envolvidas na coordenação do programa, sugerindo que elas estão abusando de sua posição e oprimindo os participantes. Ela citou seu caso pessoal, por ser mãe solteira e estar grávida, precisa frequentemente se ausentar para consultas médicas e acompanhamento do processo de guarda de seu filho. No entanto, ela afirmou que está sendo pressionada por sua situação, já que seus superiores não reconhecem suas necessidades e responsabilidades como mãe. Ela concluiu que há uma falta de fiscalização sobre os funcionários do POT, e que, enquanto os coordenadores se comportam de maneira inadequada, os beneficiários estão sendo cobrados sem a devida consideração pelas suas dificuldades pessoais. Ela também mencionou que o pai de seu filho presenciou o comportamento inadequado entre os coordenadores, o que aumentou a sensação de opressão. Relata ainda que é justamente Cris que é coordenadora.

Karen informa que tudo foi e está sendo registrado.

Thais Silva dos Santos informou que, como a demanda será registrada na ata, tudo estará formalizado e será possível acompanhar as ações tomadas. Ela mencionou que irá conversar com a área técnica da Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho para investigar o que está acontecendo, especialmente no que diz respeito à fiscalização e à atuação dos responsáveis pelo programa POT. Na próxima reunião, ela promete trazer as respostas para as questões levantadas.

Hully informa que ficará aguardando e expressou a preocupação de que as regras sobre o tempo de permanência no programa POT não estão sendo aplicadas de forma justa, já que alguns podem ficar três anos enquanto outros não têm essa possibilidade. Ela ressaltou que a situação deveria ser a mesma para todos, independentemente de ser participante do PopRua ou não. Além disso, Hully mencionou que é necessário cobrar o prefeito, já que, apesar de haver verba disponível, só foram abertas vagas para as mães guardiãs e não para os demais participantes do programa POT. Ela acredita que o resto dos participantes do programa não está sendo tratado com a mesma consideração.

Gisele expressou uma série de preocupações sobre o programa POT e a situação da população em situação de rua. Ela mencionou que muitos participantes estão em situação difícil, especialmente os dependentes químicos e alcoólatras, faça que dois anos de permanência no programa são insuficientes para se estabilizarem. Ela destacou a importância de aumentar o tempo de permanência, sugerindo que pelo menos três anos seriam necessários, como já foi discutido no comitê. Ela também fez críticas à gestão da verba disponível, sugerindo que apesar de haver recursos, as vagas e os apoios oferecidos são insuficientes e mal distribuídos. Ela mencionou que há denúncias sobre a falta de vagas e o tratamento inadequado dado às pessoas em acolhimento, como o caso de uma mulher grávida que ficou mais de 10 horas esperando uma vaga sem conseguir ajuda.

Gisele criticou a falta de emprego para aqueles que estão sendo encaminhados para o programa, dizendo que muitos desses indivíduos têm um histórico de trabalho e educação, e que é necessário dar mais oportunidades a essas pessoas, ao invés de simplesmente colocá-las em serviços de limpeza ou funções subalternas, como se fossem descartáveis. Ela também mencionou que, em sua opinião, as autoridades devem parar de "virar as costas" para os problemas, e que a população em situação de rua merece mais respeito e melhores condições de vida e de trabalho.

Karen informou que todas as informações foram coletadas e que os devidos encaminhamentos seriam feitos. Ela destacou que, de imediato, não seria possível fornecer respostas, mas que buscarão as soluções e esclarecimentos necessários. Ela também mencionou que, devido a um problema técnico, Dentinho teve dificuldades para entrar na reunião, pedindo desculpas pelo ocorrido e questionando se o erro foi técnico ou relacionado ao acesso de Dentinho. Karen, então, ofereceu a oportunidade para que Dentinho fizesse suas considerações, caso tivesse algo a acrescentar antes do encerramento da reunião.

Cleiton Ferreira iniciou sua participação pedindo desculpas por ter se atrasado devido a problemas técnicos relacionados ao acesso ao Microsoft Teams, causados por uma queda de árvore que afetou a rede de Wi-Fi no local. Ele explicou que está enfrentando dificuldades com os equipamentos e que o único espaço disponível para ele trabalhar de casa é no teatro, que está mais próximo de onde ele está residindo atualmente. Cleiton fez algumas considerações sobre a plataforma utilizada para o home office, afirmando que é complicada de usar, mesmo para quem tem acesso a ela, como ele. Ele sugeriu que o comitê organize treinamentos para que os membros aprendam a utilizar melhor as ferramentas disponíveis.

Na sequência, Cleiton trouxe um ponto relacionado às visitas aos espaços de interesse, em especial ao Minhocão e à Cidadania, mencionando que havia sido agendada uma visita, mas não soube se ela será reagendada. Ele destacou a precariedade da Cidadania e a grande demanda por esse serviço, além de questionar o posicionamento do comitê sobre essas visitas. Por fim, Cleiton compartilhou um convite para um evento no Sesc Retiro, onde será apresentado o documentário "Brasil de Fato" sobre o território da Cracolândia. Ele convidou os participantes do comitê para assistir ao evento e participar da roda de conversa que acontecerá após a exibição, encerra sua fala com um agradecimento.

Karen agradece as contribuições feitas por Cleiton Ferreira, reconhecendo que a plataforma Microsoft Teams tem apresentado dificuldades para todos, inclusive ela mesma, com problemas de conexão e quedas durante a reunião. Ela compartilhou que, infelizmente, a plataforma utilizada depende da Secretaria, acha interessante considerar treinamentos para os membros do comitê, com o objetivo de melhorar o uso dessa ferramenta.

Em seguida, ela comentou sobre a busca ativa no Minhocão, que foi cancelada no dia 18 de março, conforme mencionado anteriormente por Cleiton. Karen explicou que o cancelamento ocorreu devido à falta de suporte de outras secretarias necessárias para a realização dessa atividade, o que tornou inviável a execução da busca ativa naquele momento. Ela também destacou que, em outros momentos, algumas pessoas não compareceram às buscas ativas, o que gerou a necessidade de um controle mais eficiente para garantir que todos que se comprometam realmente compareçam, e que as ausências sejam comunicadas com antecedência.

Karen mencionou que Thais tem uma grande quantidade de demandas para tratar, que ficaram pendentes devido à troca de representantes, e sugeriu paciência enquanto as questões são resolvidas aos poucos. Ela enfatizou a importância de agendar a busca ativa no Minhocão, mas também sugeriu que isso seja feito com mais organização e tempo, para garantir que todas as partes envolvidas, como a saúde, estejam disponíveis.

Finalmente, Karen sugeriu que, como representante da Secretaria de Direitos Humanos, seria mais viável agendar essa atividade para o próximo mês ou para a reunião do mês seguinte, para que tudo seja estruturado adequadamente. Ela concluiu sua fala, pedindo a opinião dos conselheiros sobre a melhor forma de proceder.

Thais fez um breve comentário sobre uma ação que está ocorrendo no Minhocão, especificamente na área elevada da região, onde há uma atuação da Secretaria de Governo e outras secretarias. Ela explicou que a

situação lá está um pouco movimentada no momento e sugeriu que essa questão da busca ativa fosse tratada em outro momento, dado o contexto atual.

Karen comentou que não estava ciente dessa ação, mas expressou seu interesse e achou bom saber dessa informação.

Thais então mencionou que, na sexta-feira, ela iria até o local para entender melhor o que está acontecendo, destacando que a situação ainda está em andamento, mas que poderia obter mais detalhes na visita.

Cleiton Ferreira questiona quem está presente de representante de Governo.

Karen informa os presentes: Erico Casagrande (SMSUB), Thais Silva dos Santos (SMADS), e, ela e Roberta representando (SMDHC).

Cleiton fez uma pergunta sobre o novo coordenador do Subcomitê e Karen explicou que, na última reunião ordinária, a secretária Regina Santana informou que uma pessoa já foi escolhida para o cargo. No entanto, essa pessoa ainda está em processo de admissão, razão pela qual os membros ainda não foram oficialmente informados.

Karen ressaltou que, em breve, essa pessoa será apresentada para que todos saibam quem estará à frente da coordenação.

Cleiton, apesar de saber que o assunto não fazia parte da pauta da reunião, mencionou que foi questionado sobre isso e aproveitou para dar as boas-vindas a Thais, também se apresentando como membro do **Centro de Convivência É de Lei**, uma organização que trabalha com redução de danos no centro de São Paulo.

Cleiton Ferreira pede para assinalar sua presença dentro da reunião, pois entrou mesmo com dificuldade e ressaltou e sugeriu a importância de uma solicitação formal do conselho para a realização de uma capacitação e formação voltada aos membros, a fim de prepará-los para utilizar melhor as plataformas, sejam elas em aparelhos móveis ou em computadores. Ele reforçou essa recomendação como algo valioso para melhorar a eficácia no uso dessas ferramentas. Além disso, Cleiton lembrou a todos sobre o convite para assistir à série documental no Sesc Bom Retiro, que ele considera de grande importância para o grupo. Ele encerrou com agradecimentos a todos os presentes.

Karen agradeceu aos participantes e, sendo o que havia para o momento, encerrou a reunião.



Maria Luiza Rodrigues Quirino

Coordenador(a) I

Em 05/05/2025, às 12:15.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **124856666** e o código CRC **7E976572**.
